

As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff e os ecos da Ditadura Militar

The protests for the impeachment of Dilma Rousseff and the echoes of the Military Dictatorship

Las manifestaciones por el impeachment de Dilma Rousseff y los ecos de la Dictadura Militar

RESUMO

Este artigo objetiva a realização de uma análise, operada a partir do enfoque histórico da Análise Crítica do Discurso, de alguns atos linguísticos presentes nas manifestações favoráveis ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, que ocorreram nos anos de 2015 e 2016. Para a delimitação do corpus, foram considerados gêneros textuais que, além de exigir a destituição da presidente eleita, clamavam por um processo de intervenção militar no Brasil, retomando a memória do período da ditadura militar. Diante da interpretação desses discursos, assim como dos pressupostos históricos que possibilitam suas realizações, considera-se que determinadas alas da direita brasileira utilizam de narrativas equivocadas acerca do período ditatorial brasileiro, além de resquícios de uma discursividade anticomunista, para a construção de um movimento que ameaça o Estado democrático brasileiro.

Palavras-chave: Discurso; Impeachment; Intervenção Militar; Enfoque Histórico.



Papers on Language and Society

Micheline Mattedi Tomazi

michelinetomazi@gmail.com
orcid.org/0000-0002-2246-7061

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Vitória, Espírito Santo, Brasil

Wendell Robertt Silva Freitas

wendellsfreitas@gmail.com
orcid.org/0000-0003-2320-9002

Universidade Federal do Espírito Santo
(UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

ABSTRACT

This article aims to conduct an analysis, based on the historical approach of Critical Discourse Analysis, of some linguistic acts present in the demonstrations supporting the impeachment process of Dilma Rousseff, which took place in 2015 and 2016. To delimit the corpus, textual genres were considered that, in addition to demanding the removal of the elected president, called for a process of military intervention in Brazil, recalling the memory of the military dictatorship period. In light of the interpretation of these discourses, as well as the historical assumptions that enable their realization, it is considered that certain factions of the Brazilian right-wing use misleading narratives about the Brazilian dictatorial period, along with remnants of anti-communist discourse, to build a movement that threatens the Brazilian democratic state.

Keywords: Discourse; Impeachment; Military Intervention; Historical Approach.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es realizar un análisis de algunos actos lingüísticos presentes en las manifestaciones a favor del proceso de destitución de Dilma Rousseff entre los años de 2015 y 2016. Además, el referido texto está basado en el enfoque histórico del Análisis Crítico del Discurso. Para delimitar el corpus se consideraron géneros textuales que aun de exigir el proceso de destitución de la presidenta elegida por la mayoría de los brasileños, llamaban a un proceso de intervención militar en Brasil; rememorando la memoria del período de la dictadura militar. A partir de la interpretación de estos discursos, así como de las suposiciones históricas que posibilitan su realización, se considera que ciertas alas de la derecha brasileña utilizan narrativas equivocadas sobre el período dictatorial brasileño, así como remanentes del discurso anticomunista para construir un movimiento que amenaza al Estado democrático brasileño.

Palabras clave: Discurso; Impeachment; Intervención Militar; Enfoque Histórico.

Como citar:

TOMAZI, Micheline Mattedi; FREITAS, Wendell Robertt Silva. As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff e os ecos da Ditadura Militar. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

O presente artigo busca realizar uma análise de determinados discursos que puderam ser observados nos atos a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, após sua reeleição que ocorreu no ano de 2014. Para essa finalidade, foram considerados os discursos produzidos nos atos dos dias 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016, e que, além de exigir a destituição da presidente eleita, clamavam por um processo de intervenção militar no país, retomando a memória do período da ditadura militar que ocorreu de 1964 a 1985. Dessa forma, o estudo realizado busca compreender as relações interdiscursivas que possibilitam essa interseção entre a oposição ao governo Dilma e o desejo pelo retorno dos militares ao poder.

A análise proposta é amparada, teórica e metodologicamente, pelos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), e mais especificamente na abordagem histórica do discurso, elaborada por uma das principais representantes desse campo de estudos, Ruth Wodak¹. A partir desse enfoque, e conforme descrito por Reisigl e Wodak (2016), é empregada uma metodologia interdisciplinar, de modo a considerar uma diversidade de dados empíricos, além de contribuições advindas das teorias sociais, para explicar os contextos e as dimensões históricas que constituem os “acontecimentos discursivos” investigados.

Nesse sentido, é relevante ressaltar que este artigo não se configura como uma aplicação de larga escala dos procedimentos propostos pelos autores, tampouco pretende apresentar um escopo detalhado do panorama sócio-histórico que constitui os discursos analisados. Ao invés disso, este artigo consiste em um estudo preliminar, construído de forma a introduzir a abordagem histórica da ACD a partir de sua aplicação em um *corpus* sucinto.

Assim, nas seções seguintes são apresentadas as fundamentações teóricas que embasam os trabalhos na ACD, e, mais especificamente, na ACD histórica conforme descritas por Reisigl e Wodak (2016). Em sequência, a metodologia aplicada ao *corpus* é exposta em conjunto com os gêneros textuais propriamente ditos, os quais consistem em faixas e cartazes produzidos pelos manifestantes pró-impeachment. A partir da observação desses textos, na seção de análise são explorados os contextos sócio-históricos dos atos contra a Presidenta Dilma Rousseff e do período que compreende o regime militar, buscando observar quais fatores contribuem para que essas menções ao período ditatorial sejam realizadas nos textos manifestados em 2015/2016.

Por fim, partindo dessa exploração do contexto linguístico imediato e do contexto histórico mais amplo, é elaborada uma reflexão sobre a maneira como esses protestos e discursos de certas

¹ Neste artigo, como posicionamento político, optamos pelo uso do nome completo da pesquisadora para marcar um viés de gênero com relação a invisibilidade de mulheres pesquisadoras que, por conta das normas da Língua Portuguesa e das normas de referenciamento das publicações acadêmicas, são invisibilizadas. Seguimos, portanto, a sugestão proposta por Sandra Nordari, em seu artigo publicado em 2021, para creditação das mulheres autoras com nome e sobrenome e pronomes adequados. NODARI, Sandra. Nomes e pronomes na Língua Portuguesa: a questão sexista no idioma e na academia. *Revista Estudos Feministas*, [S. I.], v. 29, n. 3, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n374197. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/74197>. Acesso em: 13 jun. 2024.

alas da direita se configuram no Brasil, de forma a estabelecer uma tentativa de crítica preditiva, em vista das problemáticas sociais que tais atos representam no cenário nacional.

1. O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: ESCOLHAS TEÓRICAS

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é relevante para a análise neste artigo, justamente, pelo fato de que propõe debater “a linguagem como prática social” (Magalhães, 2005, p. 2), ao trazer em sua essência “a combinação prática do engajamento social e político” posicionando o discurso como um momento das práticas sociais (Ramalho; Resende, 2006, p. 9), partindo de um arcabouço teórico e metodológico que pode variar, dependendo da abordagem utilizada. Dentro desse contexto, pode-se apontar que, independentemente de sua variedade de vertentes e aplicações, a ACD pode ser caracterizada pelo estudo das práticas linguísticas, as quais constituem práticas sociais, voltado “para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à auto-identidade e à identidade de gênero, à exclusão social” (Ramalho; Resende, 2006, p. 3). A complexidade dessas diferentes problemáticas sociais é refletida na transdisciplinaridade da ACD, que abarca outras teorias sociais (história, sociologia, antropologia etc.) e linguísticas em seus procedimentos de análise, justamente como uma forma de representar, em suas abordagens analíticas, as realidades socioculturais que vieram se transformando nas últimas décadas. Nessa perspectiva, é importante entender o discurso como prática social cuja análise e investigação estão voltadas para como ele é constituído socialmente e como constrói identidades sociais e relações sociais (Resende; Ramalho, 2006). Assim,

levando em conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação; que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder, a abordagem complexa defendida pelos proponentes da LC (Linguística Crítica) e da ACD possibilita a análise de pressões verticalizadas, e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais (Wodak, 2003, p. 226).

É relevante, também, dar atenção ao aspecto “crítico” da ACD, na medida em que essa disciplina não propõe uma análise simplesmente descritiva, ou, sob o olhar de um analista distanciado do problema social em questão, mas sim, “uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais” (Magalhães, 2005, p. 6). Esse rompimento com a suposta postura de neutralidade científica, defendida pelos positivistas, pode ser observado nas diversas abordagens compreendidas pelo leque da ACD, nas quais o pesquisador assume um posicionamento político frente ao tema e ao corpus específico, sobre o qual é estruturada sua análise. Tal comprometimento político, evidentemente, integra a análise proposta neste artigo, que, dentre as abordagens metodológicas possíveis compreendidas pela ACD, se ampara no enfoque

histórico-discursivo proposto por Wodak (2003), Wodak e Meyer (2016) e Wodak e Reisigl (2016), o qual será explorado adiante.

1.1 A abordagem histórica do discurso

Conforme mencionado na seção anterior, a ACD é uma disciplina que surge no complexo contexto social da modernidade, a qual é caracterizada por diferentes níveis de opressão, exploração e desigualdade entre os grupos que compõem o atual estágio da sociedade capitalista. Frente a esse cenário, é amplamente aceita a concepção de que “os modelos causais não se adaptam a essa complexidade” (Wodak, 2003, p. 102), resultando na necessidade de uma abordagem que, além de um caráter interdisciplinar, possua um viés histórico que direcione a crítica, não apenas, ao nível imediato do texto e do discurso, mas também a um nível “sócio diagnóstico”, que se apoia em conhecimento contextual provido por diferentes teorias sociais, a depender das características do discurso analisado, para compreender como “práticas linguísticas e semióticas mediam e reproduzem ideologias em uma gama de instituições sociais”² (Reisigl; Wodak, 2016, p. 25). É dentro desses parâmetros que é estabelecida a abordagem histórica da ACD, que emprega uma diversidade de dados empíricos para explicar os contextos e as dimensões históricas que constituem os acontecimentos discursivos investigados.

Uma característica definidora dessa abordagem histórica é sua ecleticidade, teórica e metodológica, no sentido de que “são incorporadas as teorias e métodos úteis para compreender e explicar o objeto específico sob investigação” (Wodak, 2003, p. 109), dessa maneira, não há uma série de procedimentos estanques que o analista deve seguir frente ao corpus de sua pesquisa, conforme será explicitado na seção referente à metodologia, mais adiante. Assim, o enfoque histórico da ACD é direcionado para os problemas sociais (não focalizando elementos puramente linguísticos) que serão investigados através das lentes teóricas necessárias para cada caso específico, com a análise indo de um nível macro (pressupostos históricos) a um nível micro (linguístico/discursivo). Evidentemente, conforme Reisigl e Wodak apontam (2016, p. 25), o objetivo da ACD é a prática, visando a mudança social e discursiva como forma de “desconstruir a hegemonia de discursos específicos”, logo, o analista deve disponibilizar os resultados de cada pesquisa para especialistas dos diferentes campos pertinentes, além de estabelecer um nível preditivo de crítica, com os resultados sendo disponibilizados ao público e, posteriormente, aplicados por especialistas (Reisigl; Wodak, 2016, p. 32).

Apesar da fluidez teórica da qual dispõe o analista nas pesquisas amparadas pela abordagem histórica, o modelo proposto por Ruth Wodak estabelece, tal como os outros enfoques da ACD, concepções fixas para as categorias linguísticas que devem ser consideradas em qualquer

² “[...] linguistic and other semiotic practices mediate and reproduce ideologies in a range of social institutions”. Tradução nossa.

processo analítico. Dessa forma, tais noções serão exploradas a seguir, em vista de sua importância para a análise realizada neste trabalho.

1.1.1 Discursos, textos e gêneros

Tal como em outros enfoques da ACD, a abordagem histórica compreende o discurso como uma prática linguística (oral ou escrita) que se relaciona dialeticamente com os âmbitos e práticas sociais em que é realizada, conforme elaboram Fairclough e Wodak (1997 apud Wodak, 2003). Ou seja, da mesma maneira que as realizações discursivas são influenciadas pelos contextos institucionais, ou situacionais, em que ocorrem, também há o caminho inverso, com os discursos exercendo influência sobre o contexto social.

Diante desse vínculo dialético entre os constituintes discursivos e sociais que se entrelaçam, Reisigl e Wodak (2016, p. 27) definem os discursos como conjuntos de práticas semióticas, dependentes de contexto e situadas no interior de práticas sociais específicas. Esses discursos são produzidos de maneira simultânea, e estão constantemente em relação com outros discursos (interdiscurso). De acordo com os autores, uma característica proeminente dessas práticas é a presença dos macro temas, os quais podem abarcar diversos subtemas no interior de sua realização linguística, ou entrar em interdiscursividade com outros macro temas.

Conforme mencionado anteriormente, os discursos, segundo a perspectiva histórica da ACD, são frequentemente manifestados materialmente por meio de textos e gêneros textuais, os quais também possuem suas definições estabelecidas dentro do enfoque. Assim, Wodak e Reisigl (2016) agregam os trabalhos de Ehlich (1983), Graefen (1997, p. 26) e Reisigl (2000) para definir os textos como partes do discurso, produtos “materialmente duráveis” das práticas semióticas produzidas pelos indivíduos, que são manifestados de maneira mediada pela linguagem. Enquanto os gêneros textuais são caracterizados como tipos socialmente convencionados de comunicação, que realizam “um propósito social específico em um contexto social específico” (Reisigl; Wodak 2016, p. 27), funcionando, dessa forma, como “uma forma socialmente ratificada de usar a linguagem em relação a um tipo particular de atividade social” (Fairclough, 1995, p. 14 apud Wodak, 2003, p. 105).

Como foi apontado no início desta seção, o funcionamento dessas categorias linguísticas deve ser observado e explicado em todo trabalho analítico, dentro da ACD histórica, de acordo com o corpus e a temática específica da análise em questão. No entanto, para além dos fatores materializados linguisticamente, há de se considerar, também, noções relativas ao acontecimento social em que esses discursos são produzidos, tendo em vista a relação dialógica entre o uso da linguagem e a circunstância social que compõe o recorte analisado. Frente a isso, serão exploradas as noções de âmbito de ação e contexto, as quais também são essenciais no exercício de pesquisa e são constituídas por essa dupla face linguagem/sociedade.

1.1.2 Âmbito de ação e contexto

No que se refere aos âmbitos de ação dentro da abordagem histórica da ACD, Reisigl e Wodak (2016, p. 28) citam os estudos de Girnth (1996) para defini-los como “segmentos da “realidade” social que constituem e configuram os “moldes” do discurso”. Pode-se observar que esses campos são intrinsecamente relacionados à esfera situacional imediata na qual os indivíduos colocam os discursos em curso, assim, determinando o “meio pelo qual as pessoas manifestam seus interesses e se articulam em favor de mudanças, segundo uma percepção de situação idealizada ou de expectativas” (Silva; Pinto; Saraiva, 2022, p. 4).

A maneira como a noção de âmbito de ação relaciona a produção da materialidade discursiva com o recorte situacional, o qual determina como esses discursos serão manifestados, evoca a ideia de *contexto*, noção que tem relevância nos estudos discursivos e que recebe um tratamento singular dentro da abordagem histórica da ACD, a qual considera o contexto a partir de quatro diferentes planos (Reisigl; Wodak, 2016):

1 – O contexto linguístico imediato, interno ao texto.

2 – O contexto interdiscursivo e intertextual, que abarca os gêneros textuais utilizados e as afirmativas do texto.

3 – O contexto extralinguístico referente à situação específica de manifestação do discurso, analisado através das lentes teóricas que Wodak (2003) chama de *teorias de médio porte*, as quais podem variar de acordo com as circunstâncias específicas cada situação extralinguística considerada.

4 – O contexto sócio-histórico mais amplo que inclui fatores externos à situação do discurso analisado, que será investigado a partir das *teorias de grande porte*.

Feitas essas delimitações sobre as principais noções teóricas mobilizadas no enfoque histórico da ACD, a seção seguinte será dedicada a algumas considerações sobre os procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas feitas no campo e, nesse mesmo sentido, na breve análise utilizada neste artigo para ilustrar a aplicação do enfoque histórico.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA ACD HISTÓRICA

Conforme mencionado anteriormente, o enfoque histórico desenvolvido por Ruth Wodak carece de uma série regrada de processos estanques que determinam a metodologia de análise, justamente pela pluralidade de fatores históricos que contribuem (de maneira não uniforme) para cada discurso ser produzido. Interessantemente, essa desuniformidade referente aos fatores sócio-históricos que perpassam os discursos é o fator comum existente em todas as pesquisas nessa vertente de Ruth Wodak, considerando que “para ela, a interpretação de um discurso passa por seu percurso de desenvolvimento” (Silva; Pinto; Saraiva, 2022, p. 6). A partir dessa visão norteadora, a

autora estabelece alguns dos passos mais importantes a serem adotados nos procedimentos de análise, frente aos textos selecionados pelo analista, os quais serão apresentados nesta seção.

Em um momento de pré-análise, frente às materialidades textuais que compõem os discursos e as variedades discursivas de interesse da pesquisa, o analista deve se envolver em um exercício de identificação, apontando:

amostras de informação mais etnográfica, assim como estabelecer a interdiscursividade e intertextualidade (textos sobre temas similares, textos com argumentos similares, macro temas, âmbitos de ação, gêneros textuais) (Wodak, 2003, p. 140).

A partir do reconhecimento dessa rede de materiais textuais que configuram o discurso estudado, é necessária a estruturação do repertório teórico que será utilizado para investigar as condições históricas do(s) discurso(s) em questão. Para essa etapa, Wodak (2003) salienta a importância de uma busca por uma diversa gama de dados empíricos, advindos de uma variedade de fontes e das teorias sociais relevantes para a realização do levantamento histórico. Nessa fase da pesquisa, serão delimitadas as teorias de grande e médio porte que abarcarão as análises dos contextos mais amplos que sustentam a produção textual do contexto linguístico, assim como serão determinados os macro e sub-tópicos discursivos.

Essas delimitações teóricas estão relacionadas à compreensão dos contextos mais abrangentes, entretanto, vale destacar que o movimento de análise, propriamente dito, é estabelecido a partir dos textos que compõem o corpus da pesquisa. Em virtude disso, outra etapa fundamental para as análises de enfoque histórico é a “especificação das perguntas de pesquisa” (Reisigl; Wodak, 2016) que devem nortear a análise dos textos no sentido discursivo e linguístico. Assim, essas questões formuladas pelo pesquisador devem ser aplicadas sequencialmente ao texto, como forma de identificar as estratégias discursivas utilizadas e, ao mesmo tempo, utilizar abordagens teóricas relevantes para interpretar os significados que resultam dessas perguntas de investigação. A noção de estratégia discursiva é delimitada a partir da seguinte elaboração:

Por “estratégia” entendemos um plano de práticas (incluindo práticas discursivas) mais ou menos preciso e mais ou menos intencional que é adoptado para atingir um determinado objetivo social, político, psicológico ou linguístico. Estratégias discursivas são situadas em diferentes níveis de organização e complexidade linguística (Reisigl; Wodak, 2016, p. 33).³

Ainda segundo os estudos feitos pelos autores, as estratégias discursivas são empregadas, dentro dos contextos que envolvem níveis de opressão e abuso de poder, como uma maneira de manter ou modificar a imagem de um determinado grupo, sendo este um grupo interno ou externo.

³ “By ‘strategy’ we mean a more or less intentional plan of practice (including discursive practices) adopted to achieve a particular social, political, psychological or linguistic goal. Discursive strategies are located at different levels of linguistic organization and complexity”. Tradução nossa.

Por exemplo, um discurso que tenha o intuito de deslegitimar determinado grupo de indivíduos, pode ser manifestado por meio de um texto linguisticamente construído através de uma estratégia discursiva de predicação, a qual realiza “atribuições estereotipadas e avaliativas de traços negativos ou positivos” dos grupos em questão, através de predicados implícitos e explícitos (*ibidem*).

Com base nesses processos, que consideram os aspectos linguísticos, históricos e contextuais do discurso analisado, Wodak sugere a construção de uma interpretação geral que retome as perguntas indagatórias elaboradas e a problemática central que motivou a pesquisa, assim como a realização da crítica de caráter predictivo com foco em uma proposta que possibilite a mudança social, ponto comum entre as vertentes da ACD.

Por fim, um ponto diferencial da abordagem histórica que é reforçado por Wodak (2003), no que se refere à estruturação da análise, é a presença de um diagrama ilustrativo que represente a relação entre os âmbitos de ação com os textos produzidos e os discursos analisados, tal como a autora exemplifica (diagrama 1):

Diagrama 1

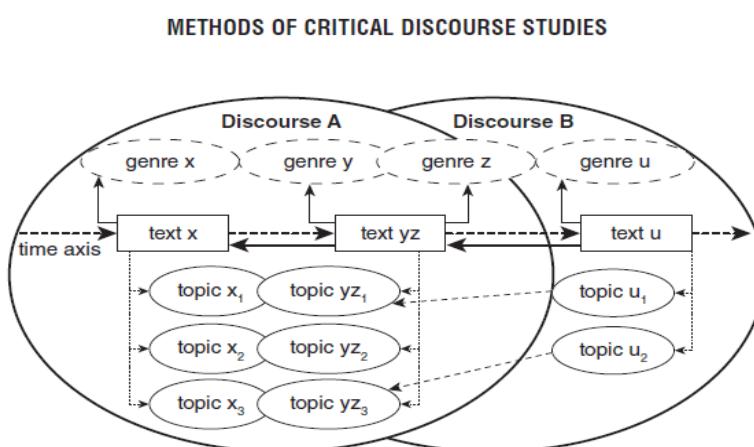


Figure 2.2 Interdiscursive and intertextual relationships between discourses, discourse topics, genres and texts

Fonte: Reisigl; Wodak, 2016, p. 30.

Diante dessas considerações, acerca dos procedimentos metodológicos que perpassam as pesquisas da ACD de abordagem histórica, será desenvolvida, na seção a seguir, uma sucinta demonstração da aplicabilidade do enfoque, utilizando, como problema focal da análise, os textos presentes nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, entre os anos de 2015 e 2016, que evocam um discurso de apoio ao período da ditadura militar.

3. AS MANIFESTAÇÕES PELO IMPEACHMENT E OS ECOS DA DITADURA MILITAR

O período que sucedeu a reeleição de Dilma Rousseff, nas eleições presidenciais de 2014, foi marcado por um processo de polarização política e manifestações mobilizadas por diferentes setores da direita brasileira, as quais exigiram a destituição do cargo da Presidenta da República.

Essas manifestações foram realizadas por todo o país, reunindo multidões pelas principais capitais brasileiras, especialmente em São Paulo, onde o Datafolha⁴ estimou cerca de meio milhão de pessoas no dia 13 de março de 2016, data que marca as maiores manifestações registradas. Nesses atos de protesto foi possível observar diferentes exigências políticas e sociais que eram expressas pelos manifestantes, para além do desejo conjunto pelo impeachment da, então eleita, Presidenta.

A análise realizada no presente artigo busca focalizar, especificamente, os textos que expressam uma relação interdiscursiva entre a oposição à posse presidencial de Dilma Rousseff e os clamores por um processo de intervenção militar no governo, que retomam a memória do período da ditadura militar brasileira, que ocorreu de 1964 a 1985 (figura 1). Para essa finalidade, foram considerados textos produzidos para os atos que ocorreram nos dias 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016, e que se alinham às variedades discursivas cartazes e faixas, atentando-se para a maneira como os macro temas discursivos são mobilizados para relacionar dois momentos distintos do cenário político brasileiro. Em certas materialidades que compõem o corpus de análise, também foi possível notar certa repetição dos termos “comunista” e “socialista”, além de uma utilização usual da língua inglesa na construção dos textos (figura 2), fatores que também foram levados em consideração na macro investigação dos pressupostos históricos.

Figura 1



Figura 2



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html> (2015)

⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>

Frente a esses tipos de produções discursivas, o enfoque histórico-discursivo apresentado por Ruth Wodak foi utilizado de modo que a investigação do contexto histórico mais amplo pudesse ser conduzida em função das seguintes questões indagatórias:

1 – De qual maneira os pedidos por impeachment e as insatisfações com o governo são relacionados ao período do regime militar?

2 – Em quais fatores se embasam as afirmações que compararam a Presidenta Dilma Rousseff, e o Partido dos Trabalhadores como um todo, ao título de comunista/socialista?

Guiados por essas questões, e seguindo os pressupostos estabelecidos por Ruth Wodak acerca da interdisciplinaridade na ACD de enfoque histórico, a análise apresentada por nós busca recolher informações provindas de pesquisas do campo de história e da história política do Brasil, para elaborar uma contextualização geral acerca do período que compreende o regime militar, e aspectos específicos que se relacionam com as problemáticas abordadas neste artigo.

3.1 O regime militar brasileiro e o combate à “ameaça comunista”

Com a deposição do então Presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, e com a legitimidade institucional dada pelo senador Auro de Moura Andrade, que presidia sessão no Congresso Nacional no dia 2 de abril do mesmo ano, o Brasil adentrou em um período de 21 anos marcado por repressões políticas, ideológicas, culturais e artísticas. Essa nova política do país, entretanto, foi também apoiada por setores da sociedade brasileira e internacional, tais como: parte da mídia, pela igreja católica, pelo governo estadunidense, além da imprensa que atuou na legitimação discursiva da ruptura democrática (Barreto, 2021).

Sobre essa última face do apoio ao regime militar mencionada, é relevante destacar que uma das maneiras pela qual os meios de comunicação cooperavam, segundo Barreto (2021), para a divulgação de uma imagem positiva do governo, era através da construção narrativa do que ficou conhecido como “milagre econômico”, expressão utilizada para referenciar as políticas de importação de bens e obras faraônicas que resultou no aumento da dívida externa. Tal período foi caracterizado, também, pelo aumento da corrupção, a qual era acobertada pelos grandes jornais, favorecendo a solidificação de um imaginário que concebia o governo militar como incorruptível, um suposto aspecto positivo do regime que é constantemente revisitado por apoiadores do regime.

Historicamente, o governo militar brasileiro pode ser compreendido, sob uma perspectiva internacional, como aliado aos Estados Unidos da América em seu posicionamento na Guerra Fria, confronto que subdividiu o cenário político mundial em distintos polos políticos e ideológicos. Sobre esse alinhamento com os EUA, Mendes (2003, p. 86) aponta que “análises conjunturais” feitas pelos militares da época “assinalavam que a Guerra Fria havia chegado ao Brasil na forma de uma Guerra

Revolucionária ou Guerra Insurrecional”, destacando as preocupações do governo vigente com as organizações políticas de esquerda que resistiam no país. E, justamente, nesse contexto sócio-histórico, “as forças armadas apareceriam como protetoras da liberdade democrática” (Mendes, 2003, p. 88), frente a uma iminente ameaça comunista que representaria a perda da liberdade religiosa, individual e econômica.

O mesmo autor também destaca os interesses dos EUA na construção de um imaginário anticomunista no contexto brasileiro, afirmando que o Brasil representou um importante elemento na luta estadunidense contra a ideologia comunista, na medida em que o governo norte americano temia que o país se tornasse uma “nova china” (Mendes, 2003) dentro do hemisfério sul. A partir dessa confluência de fatores nacionais e internacionais, a luta anticomunista associada a partidos e organizações de esquerda passou a compor a identidade política dos apoiadores do período militar, os quais evocam esses mesmos dizeres, anos depois, conforme demonstra a análise a seguir.

3.2 Os atos contra o governo e os discursos alinhados ao regime

Nesta subseção destinada à análise das manifestações discursivas, os textos que compõem o corpus foram organizados a partir dos sub-tópicos discursivos que puderam ser observados em meio às das manifestantes. Nesse sentido, é possível observar que os dois primeiros textos selecionados (figura 3; figura 4) são construídos com o enfoque voltado à necessidade, aparentemente urgente, de intervenção militar, frente aos casos de corrupção do governo Dilma.

Figura 3



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/as-cenas-mais-inacreditaveis-das-manifestacoes-de-domingo-13-de-marco.html> (2016)

Figura 4



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html> (2015)

Um fator diferencial na construção desses textos (ambos compreendidos pelo gênero textual *faixa*) é a utilização da língua inglesa no processo de manifestação do discurso de afronta ao governo, apesar das manifestações ocorrerem sob um contexto político extralingüístico centrado na realidade brasileira. Além disso, a utilização do código de socorro SOS, e a construção *Brazil calls for military intervention*, apontam para um sentido de urgência no processo de mudança do sistema político vigente, com as forças armadas brasileiras representando a figura salvadora da pátria, em concordância com os estudos de Mendes (2003) acerca do regime militar no combate à “ameaça comunista”. Nesse contexto, a utilização da língua inglesa pode ser interpretada como uma estratégia para obter a atenção da imprensa internacional, mas também, remonta a memória do alinhamento político e ideológico entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, com o último país sendo um importante elemento na expansão do anticomunismo em países da Europa, Ásia e América Latina (*ibidem*).

Com relação às estratégias discursivas utilizadas, nota-se que os adjetivos *comunista*, *socialista* e *ladrão* são utilizados para referenciar o governo vigente como um todo, categorizando e agrupando-o como uma figura inimiga da pátria. No texto da figura 5, ainda, é possível observar a utilização da construção *communists want to take over our country* (“comunistas querem dominar nosso país”) que atribui a vitória da candidata petista nas eleições de 2014 a um processo ilegítimo, como uma espécie de manobra para a dominação comunista do país, mais uma vez, de forma semelhante às narrativas utilizadas no período do regime.

Além desses discursos, que abordam os sub-tópicos da urgência pelo processo de intervenção militar e do perigo comunista no cenário nacional, um outro aspecto do período ditatorial brasileiro, representado em algumas manifestações textuais, nos atos contra o Governo Dilma, é o da repressão exercida pelo regime militar. Sobre esse fator histórico, vale ressaltar que de acordo

com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o número de mortos e desaparecidos, entre 1946 e 1988, é de 434 pessoas, uma quantidade inferior em relação a outras ditaduras que ocorreram na América Latina, e que contradiz outras pesquisas feitas a respeitos desse período no Brasil, o que evidencia uma possível subnotificação das mortes contabilizadas no período. Essa temática das violências cometidas pelo regime militar foi retomada nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, nas quais pôde-se notar variedades discursivas (figura 5; figura 6) que referenciam fatos ocorridos no período ditatorial para demarcar um posicionamento de oposição à Presidenta.

Figura 5



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/as-cenas-mais-inacreditaveis-das-manifestacoes-de-domingo-13-de-marco.html> (2015)

Nota-se, através da imagem, que a manifestante segura um cartaz com a frase interrogativa “porquê não mataram todos em 1964?” (sic), com a adição de um emoji representando uma expressão facial de espanto. Essa construção textual, sendo evocada no contexto particular de um ato pró-impeachment, levanta algumas questões que podem, também, ser rastreadas historicamente ao contexto da ditadura militar.

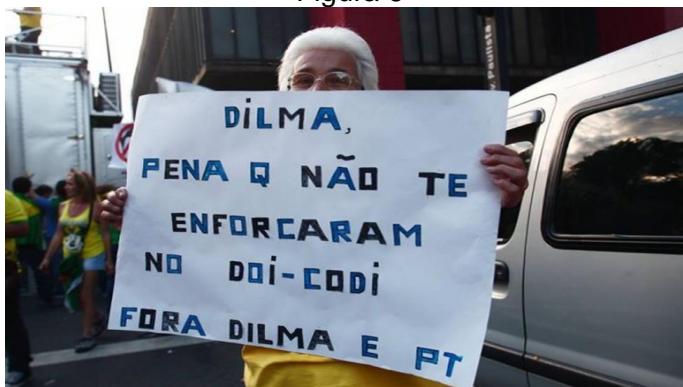
Em primeiro lugar, a data utilizada, 1964, pode ser analisada como uma referência ao ano em que ocorre a deposição de João Goulart e o rompimento com o processo democrático de eleição presidencial, que instaurou o governo militar no Brasil. Em conjunto a isso, a questão central colocada pelo texto é o questionamento do porquê não mataram todos naquele período, construção que pode ser parafraseada da seguinte maneira: se todos tivessem sido mortos, isso não estaria acontecendo. Nesse discurso de oposição à existência dos todos, que deveriam ter sido mortos em 1964 segundo a manifestante, não há uma menção nítida a quais sujeitos são englobados nesse

grupo inimigo, embora, logicamente, a então Presidenta Dilma seja incluída em tal agrupamento. Ainda sobre a possível composição desse grupo inimigo, deve-se destacar que o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, o que impossibilita que o texto esteja se referindo aos petistas como um todo.

Por outro lado, segundo Lima (2023), durante o período compreendido como a ditadura militar brasileira, Dilma Rousseff possuiu participação ativa em grupos de esquerda que lutaram contra a repressão do governo militar, desde seus 16 anos de idade, inclusive sendo presa e torturada em 1970. Tal contextualização permite a compreensão de que Dilma Rousseff é inclusa, a partir do enunciado produzido pelo texto da manifestante, no grupo que representa a “ameaça comunista” sob a ótica dos apoiadores do regime militar.

A trajetória de resistência de Dilma Rousseff também pode ser evocada na análise da figura 6, a qual traz um texto elaborado de maneira a referenciar, enfaticamente, a passagem da ex-presidenta pela repressão exercida pelos militares.

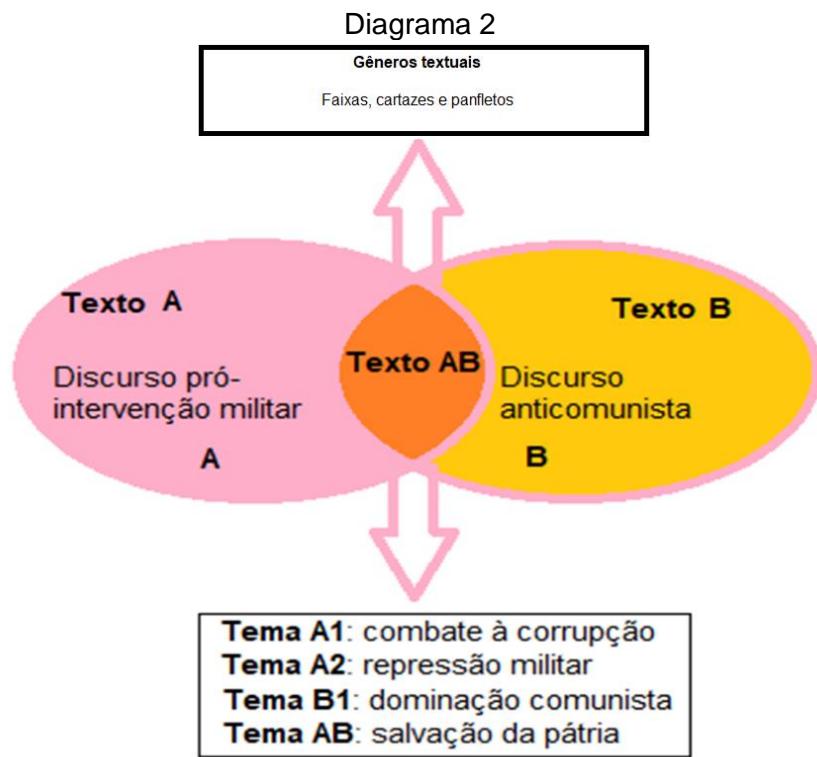
Figura 6



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html> (2015)

O discurso de apoio ao regime militar se manifesta, nesse enunciado, através da lamentação pelo fato de Dilma Rousseff não ter sido enforcada no Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI – CODI), órgão subordinado ao exército brasileiro que atuou no combate e na prisão aos grupos de resistência ao governo, incluindo a prisão de Dilma Rousseff, cárcere que durou dois anos e seis meses. Essa produção discursiva reforça o posicionamento fiel do manifestante ao caráter repressor que caracterizou a ditadura, e salienta, também, que a postura de enfrentamento à figura da Presidenta Dilma Rousseff, nas datas das manifestações, configurou o ressurgimento da postura anticomunista que militares e seus apoiadores mantiveram durante o período.

Através dessas considerações a respeito das variedades discursivas selecionadas, e dos discursos que são produzidos através das construções linguísticas observadas, é possível realizar uma esquematização (diagrama 2) que ilustra a relação interdiscursiva que se manifesta através dos textos, tal como os principais temas abordados dentro do plano de ação pretendido pelos manifestantes produtores desses discursos:



Fonte: produzido pelos autores (2024)

Conforme demonstrado pelo diagrama, nas manifestações ocorridas nos dias 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016, que constituíram atos a favor do processo de impeachment, foi possível observar a ocorrência de dois discursos que perpassaram, historicamente, a trajetória da Ex-presidenta Dilma Rousseff enquanto militante política e a trajetória política do Brasil como um todo. Nesse contexto, o discurso a favor da intervenção militar surge em confluência com o discurso anticomunista, que se manifesta através de faixas, cartazes e outros gêneros comumente empregados em contextos de protestos e outros atos que visam a mudança no cenário político. Os sub-tópicos discursivos, abarcados por meio dessas variedades, relacionam a suposta necessidade do impeachment a questões como “combate à corrupção” e a “dominação comunista” que estaria presente no governo petista, temas que, conforme a análise demonstrou, podem ser historicamente rastreados ao contexto da guerra fria e ao período ditatorial brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sucinta análise proposta neste trabalho, buscou-se demonstrar a aplicabilidade, tal como a pertinência, que a abordagem histórica do discurso representa no campo da ACD, possibilitando uma interpretação de discursos, e de atos sociais, contemporâneos a partir de uma perspectiva que evidencia os fatores sócio-históricos que os constituem. A utilização desse enfoque interdisciplinar, que trabalha com uma variedade de dados empíricos advindos de múltiplas fontes teóricas, coloca em questão a complexidade que perpassa a produção de discursos em sociedade,

a qual demanda um exercício de análise igualmente complexo para que se explore os “sintomas” sociais que caracterizam a contemporaneidade, para os quais Wodak (2003) chama atenção. É por meio dessa abordagem interdisciplinar, inclusive, que o analista crítico do discurso deve estruturar sua crítica de caráter preditivo, de maneira que leve em consideração, não uma lógica causal dos problemas sociais investigados, mas justamente uma rede de fatores históricos que se intercalam e se manifestam discursivamente através fatores linguísticos e sociais.

Com relação ao exemplo de análise trazido neste artigo, é imperativo ressaltar, novamente, a não pretensão de se construir um procedimento analítico extenso, pela natureza introdutória e do número de páginas permitidas para um artigo. Entretanto, a partir dos discursos observados e dos dados históricos que a pesquisa elencou para embasar a análise, é possível refletir a respeito de possíveis ações preditivas a fim de contrapor as problemáticas sociais detectadas.

Nesse sentido, notou-se que determinadas alas da direita brasileira utilizam de narrativas equivocadas acerca do período ditatorial brasileiro, além de resquícios de uma discursividade anticomunista, para a construção de um movimento que ameaça as instituições políticas democráticas do país. Uma possível sugestão para essa problemática é a elaboração de uma série de materiais e eventos expositivos (panfletos, vídeos, palestras etc.), por parte das organizações políticas de esquerda, que visem explorar a temática da ditadura militar brasileira, incluindo os casos de corrupção existentes na época, o aumento da dívida externa, a censura e a repressão ideológica. A ampla divulgação desse tipo de conhecimento histórico facilitaria a acusação das versões não verossímeis acerca daquele período, as quais são evocadas em tentativas de deslegitimar os processos democráticos da política nacional e que podem manifestar graves consequências no plano “sintomático” social que a abordagem histórica do discurso considera.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, P. *Por que devemos nos lembrar do golpe de 1964?* Rio de Janeiro: Conexão UFRJ, 2021. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2021/04/por-que-devemos-nos-lembrar-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 17 set. 2023.
- MAGALHÃES, I. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 21, p. 1-9, 2005.
- MENDES, R. A. S. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. *Locus: Revista de História*, v. 10, n. 1, p. 79-97, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20600>. Acesso em: 17 set. 2023.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, E. J. F. DA; PINTO, F. L. B; SARAIVA, L. A. S. A análise crítica do discurso por Ruth Wodak. In: ENCONTRO DA ANPAD, 46., p. 1-17, 2022, on-line. *Anais [...]*. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 12 set. 2023.
- WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. In: MEYER, M; WODAK, R. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003. p. 101-141

WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse studies: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). *Methods of Critical Discourse Studies*. London: Sage Publications, 2016. p. 1-23.

WODAK, R.; REISIGL, M. The Discourse-Historical Approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). *Methods of critical discourse studies*. London: Sage Publications, 2016. p. 23-62.

OS AUTORES

Micheline Mattedi Tomazi

Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES) e do Departamento de Letras (DLL/UFES). Líder coordenadora do Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (Gedim/UFES).

Wendell Robertt Silva Freitas

Mestrando Bolsista do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciado em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé.